

## **CADERNO DE ENCARGOS**

---

**NPD 2323000164**

**AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO SOFTWARE DE EDIÇÃO DE FORMULÁRIOS E TRATAMENTO DE  
IMAGEM, MULTIMÉDIA E EDIÇÃO DOCUMENTOS EM FORMATO PDF, NO ÂMBITO DE NOVOS  
PROJETOS E INICIATIVAS AO ABRIGO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA**



## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **ARTIGO 1.º OBJETO DO CONTRATO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a aquisição de licenciamento em regime perpétuo e ainda em regime de subscrição do software de edição de formulários e tratamento de imagem, multimédia e edição documentos em formato PDF**, conforme discriminado no artigo 20.º do presente Caderno de Encargos, no âmbito de novos projetos e iniciativas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

### **ARTIGO 2.º CONTRATO**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada; e
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

## **CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE**

#### **SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**



### **ARTIGO 3.º**

#### **OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o **Cocontratante** as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega das licenças perpétuas, identificadas n.º 1 do artigo 20.º;
- b) Obrigação de prestar os serviços de subscrição identificados no n.º 2 do artigo 20.º até 31/12/2025;
- c) A obrigação de garantia dos bens;
- d) Obrigação de continuidade de fabrico.

### **ARTIGO 4.º**

#### **CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS**

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar ao **Contraente Público** os bens objeto do contrato, bem como a prestar os serviços, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e os serviços devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. O **Cocontratante** é responsável perante o **Contraente Público** por qualquer defeito ou discrepância dos bens e serviços objeto do contrato que existam no momento em que os bens ou serviços lhe são entregues ou disponibilizados.

### **ARTIGO 5.º**

#### **ENTREGA DOS BENS E DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar os bens e a disponibilizar os serviços objeto do contrato de forma eletrónica por acesso ao site correspondente no prazo de 5 dias a contar da celebração do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Caso existam, todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e a respetiva instalação, são da responsabilidade do **Cocontratante**.

## **ARTIGO 6.º**

### **INSPEÇÃO E TESTES**

1. Efetuada a entrega dos bens e disponibilização dos serviços objeto do contrato, o **Contraente Público**, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior é efetuada através dos testes.
3. Durante a fase de realização de testes, o **Cocontratante** deve prestar ao **Contraente Público** toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

## **ARTIGO 7.º**

### **INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS**

1. No caso de os testes previstos no artigo anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens e serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o **Contraente Público** deve informar, por escrito, o **Cocontratante**.
2. No caso previsto no número anterior, o **Cocontratante** deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo **Contraente Público**, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo **Cocontratante**, no prazo respetivo, o **Contraente Público** procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.

## **ARTIGO 8.º**

### **ACEITAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS**

1. Caso os testes a que se refere o artigo 6.º comprovem a total operacionalidade dos bens e serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta, deve ser emitido, no prazo máximo de 15 dias a contar do final dos testes, um auto de aceitação, assinado pelos representantes do **Cocontratante** e do **Contraente Público**.

## **ARTIGO 9.º**

### **GARANTIA**

1. Nos termos do presente artigo e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o **Cocontratante** obriga-se, a contar da data da assinatura do auto de aceitação, a prestar a garantia contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e na proposta.
2. O **Cocontratante** obriga-se igualmente a fornecer as atualizações do software (“updates” corretivos, “upgrades” de versão e “updates” dentro da mesma versão), de acordo com as seguintes regras:
  - a) O **Cocontratante** obriga-se a comunicar ao **Contraente Público**, a comercialização das atualizações, no prazo de 5 dias a contar do evento; e
  - b) O **Cocontratante** obriga-se a disponibilizar, as atualizações (“updates” corretivos, “upgrades” de versão e “updates” dentro da mesma versão), no prazo de 5 dias a contar da comercialização.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o **Contraente Público** tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o **Cocontratante**, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
4. Os serviços no âmbito da garantia abrangem o suporte “on line” de acordo às seguintes regras: nos dias úteis, com disponibilidade entre as 9:00 e as 18:00 horas, com 8 horas de tempo de resolução a contar da notificação do **Contraente Público**.

## **ARTIGO 10.º**

### **FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 1 Dada a natureza administrativa do contrato e a especial tecnicidade do respetivo âmbito, a execução será feita em estreita articulação com a equipa de projeto do **Contraente Público** e de acordo com as regras referidas no presente documento e nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2 O **Cocontratante** obriga-se a comunicar ao **Contraente Público**, durante a execução do contrato, informações detalhadas sobre o funcionamento das atualizações.

## **ARTIGO 11.º**

### **EXIGÊNCIA DE QUALIDADE**

1. O **Cocontratante** obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.
2. Em especial, o **Cocontratante** fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita, completa e atempada execução das tarefas a seu cargo.

## ARTIGO 12.º

### VIGÊNCIA DOS SERVIÇOS

1. Os serviços serão prestados até 31 de dezembro de 2025, sem prejuízo do número seguinte.
2. Com a antecedência de 90 dias em relação ao termo final mencionado no número anterior, o contrato poderá ainda ser objeto, na parte relacionada com a modalidade SaaS, a uma renovação até 30 de junho de 2026, mediante adenda escrita, caso seja alterado o prazo de conclusão do investimento constante do contrato de financiamento celebrado entre o Contraente Público e a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”, de forma a abranger esta data, e cumpridas que sejam previamente as obrigações legais pertinentes.

## ARTIGO 13.º

### ACESSO ÀS INSTALAÇÕES

1. O **Contraente Público** garantirá ao **Cocontratante** o acesso às suas instalações e às instalações da Administração Pública envolvidas, para a realização dos trabalhos necessários ao cumprimento do presente contrato, caso necessário.
2. A permanência do **Cocontratante** nas instalações do **Contraente Público**, que implique paragem do sistema de informação instalado, deverá ocorrer fora das horas normais de serviço, salvo em situações necessárias a obviar a anomalias verificadas ou outras devidamente justificadas.
3. O **Contraente Público** acordará com o **Cocontratante** as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso, permanência e circulação nas instalações.
4. O **Cocontratante** obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso, permanência e circulação nas instalações, de acordo com as determinações do **Contraente Público**, bem como à boa guarda e tratamento zeloso dos cartões de identificação disponibilizados pelo Contraente Público, assim como dos equipamentos e instalações.

## SUBSECÇÃO II

### DEVER DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

## ARTIGO 14.º

### SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. O **Cocontratante** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **Contraente Público**, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos, designadamente, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na legislação nacional que o execute, relativa à proteção de dados pessoais.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o **Cocontratante** seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o **Cocontratante** obriga-se:
  - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual dos beneficiários e contribuintes da Segurança Social, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
  - b) Apagar ou destruir, no final do contrato, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados pessoais tratados, bem como os que o **Contraente Público** considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, o **Cocontratante** garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
6. No âmbito das obrigações referidas no número anterior, o **Cocontratante** obriga-se a entregar ao **Contraente Público** cópias das declarações de sigilo assinadas pelos terceiros que utilize diretamente na execução do contrato, nos termos da minuta constante do **Anexo I** do presente caderno de encargos;
7. Os trabalhos e a utilização dos recursos pelo **Cocontratante** não se iniciarão antes da entrega das declarações de sigilo.

## **ARTIGO 15.º**

### **PRAZO DO DEVER DE SIGILO**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de vinte anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais, tecnológicos, ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO**

## **ARTIGO 16.º**

### **PREÇO**

1. Como contrapartida do fornecimento dos bens e da prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o



- Contraente Público** obriga-se a pagar ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Contraente Público** nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
  3. O preço base global é de **523.075,00 EUR** (quinhentos e vinte e três mil e setenta e cinco euros), a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, repartido pelas componentes de software da seguinte forma:
    - a) Subscrição (SaaS) de licenças de software, em conformidade com o n.º 1 do artigo 20.º: 203.575,00 EUR (duzentos e três mil, quinhentos e setenta e cinco euros) tendo em conta a vigência máxima de 34 meses; e
    - b) Aquisição de licenças de software na modalidade de licenciamento perpétuo, em conformidade com o n.º 2 do artigo 20.º: 319.500,00 EUR (trezentos e dezanove mil e quinhentos euros).

#### **ARTIGO 17.º**

##### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo **Contraente Público**, nos termos do artigo anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de trinta dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida com o vencimento da obrigação respetiva.
2. O pagamento do preço será efetuado, nos seguintes termos:
  - a) Pagamento da subscrição em prestações mensais iguais e sucessivas, sendo que a primeira vence 30 dias após a aceitação;
  - b) Pagamento das licenças perpétuas em ato único, após auto de aceitação.
3. Em caso de discordância por parte do **Contraente Público**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao **Cocontratante** por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Para os efeitos dos números anteriores, as obrigações relacionadas com os serviços só se vencerão se tiverem sido aceites pelo **Contraente Público**.
5. Sob pena de devolução, a fatura deve ser explícita quanto ao objeto do contrato e incluir, ainda, o número do compromisso e do pedido a transmitir pelo **Contraente Público** aquando da celebração do contrato.
6. O atraso no pagamento do preço constitui o **Contraente Público** na obrigação de pagar juros à taxa legalmente devida.

#### **CAPÍTULO III**

##### **INCUMPRIMENTO**





## **ARTIGO 18.º**

### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

1. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações referidas no nº 1 do artigo 5º, nº 2 do artigo 7º e alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 9º do presente caderno de encargos, por motivos imputáveis ao **Cocontratante** ou a terceiros que utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula  $P = \text{Preço Contratual} \times A/365$ , em que P corresponde ao montante da penalização e A é o número de dias de atraso.
2. Nos casos de atraso no cumprimento das obrigações previstas no nº 4 do artigo 9º do presente caderno de encargos, e pelo não funcionamento dos serviços, por motivos imputáveis ao **Cocontratante** ou a terceiros que esta utilize no cumprimento da obrigação, ser-lhe-á aplicada uma penalidade calculada de acordo com a fórmula  $P = \text{Preço Contratual} \times A/1000$ , em que P corresponde ao montante da penalização, e A é o número de horas.
3. Sem prejuízo das penalidades, a retribuição dos serviços não será devida pelo período de tempo em que o SaaS não funcione, por motivos imputáveis ao **Cocontratante** ou a terceiros que utilize no cumprimento da obrigação e sem prejuízo dos níveis de desempenho do SaaS constantes do **Anexo IV**.
4. Considera-se incumprimento definitivo, designadamente, quando houver incumprimento grave ou reiterado das obrigações referidas no artigo 13.º do caderno de encargos.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o **Contraente Público** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante** e as consequências do incumprimento.

## **ARTIGO 19.º**

### **FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas sanções ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
  - h) A atual situação epidémica SARS-CoV-2; e
  - i) Eventos relacionados com o conflito na Ucrânia.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **CAPÍTULO IV**

### **CLÁUSULAS DE CONTEÚDO TÉCNICO**

#### **ARTIGO 20.º**

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

1. A subscrição, abrange os bens com a designação comercial (ou equivalente):
- a) Adobe Indesign CC – 15 licenças;
  - b) Adobe Creative Cloud para Equipas – 30 licenças; e
  - c) Adobe Acrobat Pro DC – 200 licenças.
2. A aquisição, na modalidade de licenciamento perpétuo do produto com a designação comercial (ou equivalente):
- a) Licenciamento Adobe Acrobat Pro 2020 – aquisição de 500 licenças; e
  - b) Licenciamento Adobe Acrobat Standard 2020 – aquisição de 300 licenças.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **ARTIGO 21.º**

### **TRABALHADORES**

O Cocontratante obriga-se a cumprir com as obrigações decorrentes da legislação sobre trabalhadores estrangeiros, trabalho e segurança social.

## **ARTIGO 22.º**

### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **ARTIGO 23.º**

### **CESSÃO DE CRÉDITOS**

A cessão de créditos, designadamente no âmbito de contrato de “*factoring*” carece de autorização do contraente público.

## **ARTIGO 24.º**

### **FORO COMPETENTE**

As partes convencionam que todos os litígios emergentes do presente contrato serão resolvidos no foro administrativo da sede do **Contraente Público** com expressa renúncia a qualquer outro.

## **ARTIGO 25.º**

### **CÓDIGO CONDUTA**

O Cocontratante deve respeitar as regras consagradas no Código de Conduta de Fornecedores publicitado em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) (“A Segurança Social” -> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Sistema de Gestão” -> “Plano de Integridade e Transparência”), página 64 do Plano de Integridade e Transparência.

## **ARTIGO 26.º**

### **TRATAMENTO DE DADOS**

1. Em virtude do necessário tratamento de dados pessoais inerente ao objeto do presente contrato, as Partes acordam em celebrar um Acordo de Processamento de Dados Pessoais, o qual faz parte integrante do presente contrato e se junta para todos os devidos e legais efeitos com o **Anexo II**.
2. Os requisitos de processamento de dados são exigíveis, independentemente de os dados serem pessoais, estando sujeitos às obrigações mencionadas no **Anexo III** do presente caderno de encargos.



#### **ARTIGO 27.º**

##### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. São aplicáveis, em especial, ao presente contrato os Capítulos IV e V do Título I e Capítulo III e IV do Título II, da Parte III do Código dos Contratos Públicos.
2. Ao presente contrato é, ainda, aplicável o artigo 419º - A do CCP.

#### **ARTIGO 28.º**

##### **AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR/ENTIDADE PRESTADORA**

O presente contrato será avaliado segundo os critérios do Manual de Avaliação de Fornecedores do **Contraente Público**, que se encontra publicado em [www.seg-social-pt](http://www.seg-social-pt) (“A Segurança Social” -> “Organismos” -> “Instituto de Informática, I.P.” -> “Manual de Avaliação de Fornecedores”).



**ANEXO I**  
**COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE**  
**NPD 2323000164**

(minuta)

Entre:

**EMPRESA e**

xxxxxxxxxxx Trabalhador/Colaborador,

CONSIDERANDO QUE:

- a) A **EMPRESA** vai prestar serviços que podem implicar a necessidade de aceder a informação ou a recursos de processamento de informação sob responsabilidade do Instituto de Informática, I.P.;
- b) O II, I.P. no exercício das suas atribuições tem acesso ou possui dados de natureza pessoal, técnica, económica ou financeira do sistema da Segurança Social que podem vir a ser conhecidos pela **EMPRESA** no desenvolvimento dos serviços;
- c) Se torna necessário proteger a confidencialidade desses dados;
- d) O II, I.P. é detentor de elementos tecnológicos de base (Know-how e direitos de propriedade industrial e intelectual) nos quais assume a obrigação de manter a confidencialidade, obrigação essa que é extensível a todos os seus colaboradores ou outras pessoas que, de algum modo, possam ter acesso às informações transferidas;
- e) O II, I.P., enquanto proprietário de múltiplos direitos sobre produtos resultado da investigação e desenvolvimento, pretende salvaguardar a confidencialidade dos mesmos para que possa, nomeadamente, assumir perante terceiros obrigações referentes aos seus próprios direitos;

é celebrado o acordo que consta das cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª**

O Trabalhador/Colaborador obriga-se a:

- a) Não divulgar nem fazer uso, de qualquer tipo e por qualquer meio, de toda a informação a que venha a ter acesso em virtude do vínculo que liga a **EMPRESA** ao II, I.P., salvo e na medida em que tal seja necessário para o exercício estrito das suas funções;
- b) Manter sigilo sobre a organização, os métodos de trabalho, os negócios, as informações, os produtos, os materiais, os protótipos e sobre toda a documentação técnica que façam parte do Know-how, da propriedade ou estejam na posse dos serviços e organismos da Segurança Social, ou que a estes tenha sido cedido por terceiros;
- c) Não fazer cópias de suportes magnéticos ou de manuais de produtos de software que pertençam ou que tenham sido facultados ao II, I.P. e aos serviços e organismos da Segurança Social, salvo se facultados pela própria **EMPRESA** para uso não exclusivo do II, I.P. ou se para tanto obtiver uma autorização, formulada por escrito, pelo seu responsável direto;

**Cláusula 2ª**

As obrigações assumidas nesta cláusula continuarão por um período de 10 anos após a extinção do contrato entre o II, I.P. e a **EMPRESA** sem prejuízo dos prazos de proteção dos direitos de propriedade intelectual ou outros legalmente fixados.

Lisboa, (dia) de (mês) de (ano)

A Entidade Patronal (EMPRESA)

O Trabalhador/Colaborador



## **ANEXO II**

### **Acordo de Processamento de Dados Pessoais - Subcontratação**

Considerando que:

- A. A **EMPRESA PRESTADORA** procederá ao tratamento de dados pessoais, de acordo com as especificações definidas no caderno de encargos;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, publicado no JOUE de 04 de maio de 2016, que aprova o Regulamento Geral de Proteção de Dados (de ora em diante RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. O **CONTRAENTE PÚBLICO**, que age na qualidade de Subcontratante, tem obrigação de celebrar um acordo de processamento de dados com os seus Subcontratantes, por forma a garantir o cumprimento das regras subjacentes à recolha e tratamento de Dados Pessoais, segurança e privacidade de Dados definidas pelos Responsáveis pelo tratamento, de acordo com as exigências do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo que se regerá pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e, no que for omissivo, pela legislação aplicável:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objeto e Finalidades de Tratamento**

- 1. As Partes obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva legislação nacional de execução, tendo em consideração o propósito do estabelecimento da relação entre as Entidades, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
- 2. O presente Acordo tem por objeto o tratamento de dados no âmbito **do contrato subscrição (SaaS) do licenciamento de software de edição de formulários e tratamento de imagem, multimédia e edição documentos em formato PDF com o número NPD 2323000164.**

#### **Cláusula Segunda**

##### **Categorias de Dados Pessoais envolvidos**

São objeto de tratamento, para efeitos do presente Acordo, os seguintes dados pessoais: **Nome e Endereço de Correio Eletrónico dos utilizadores.**



### **Cláusula Terceira**

#### **Responsáveis pelo tratamento e Subcontratantes**

No âmbito do presente Acordo, são considerados responsáveis pelo tratamento os serviços e organismos constantes do Decreto-Lei n.º 167-C/2013, de 31 de dezembro e os equivalentes ISSA, IPRA e ISSM, IP-RAM, e como Subcontratantes, o **CONTRAENTE PÚBLICO** e a **EMPRESA PRESTADORA**.

### **Cláusula Quarta**

#### **Obrigações dos Subcontratantes**

1. Constituem obrigações da **EMPRESA PRESTADORA** e dos Subcontratantes ulteriores:
  - a) Não subcontratar quaisquer Entidades para a prossecução de atividades, das quais resultem tratamento de Dados Pessoais, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**;
  - b) Fornecer toda a informação que lhes for solicitada, quer pelos Responsáveis pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente aos tratamentos dos dados, cujas finalidades se encontram definidas na Cláusula Primeira;
  - c) Adotar as políticas de segurança e privacidade definidas na Cláusula Quinta;
  - d) Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para garantir eficazmente a proteção de dados pessoais;
  - e) Garantir, em conjunto com os Responsáveis pelo tratamento e o **CONTRAENTE PÚBLICO**, o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos direitos de informação, acesso, retificação, apagamento, oposição e limitação;
  - f) A **EMPRESA PRESTADORA** constitui-se ainda na obrigação de permitir que o **CONTRAENTE PÚBLICO** proceda a auditorias regulares, como forma de assegurar que a execução do objeto do contrato é efetuada de acordo com as instruções indicadas e as medidas de segurança e privacidade definidas por aquele, incluindo as destinadas à verificação do cumprimento da alínea b) do n.º 4 do artigo 14º do caderno de encargos;
  - g) Assumir um compromisso de confidencialidade, quer com os trabalhadores que participem em operações de tratamento de dados pessoais, quer com colaboradores de entidades subcontratadas, desde que expressamente autorizadas pelo Responsável pelo tratamento;
  - h) Não transferir os dados pessoais para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional, salvo quando exista autorização prévia e por escrito dos Responsáveis pelo tratamento ou do **CONTRAENTE PÚBLICO**;
  - i) Inserir as obrigações sobre tratamento de dados, segurança e privacidade, previstas no contrato ou no acordo, nos contratos que celebrarem com subcontratantes ulteriores.
2. A **EMPRESA PRESTADORA** garante o cumprimento pelo subcontratante ulterior das obrigações por si contraídas neste acordo.





### **Cláusula Quinta**

#### **Medidas de Segurança e Privacidade**

1. Para garantia de cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, deverão ser adotados padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, deverão ser adotadas as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou legal.
3. O previsto concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:20013, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 2, da presente Cláusula, deverão ser adotadas as medidas de segurança compatíveis com a Política de Segurança e Privacidade do **CONTRAENTE PÚBLICO**.

### **Cláusula Sexta**

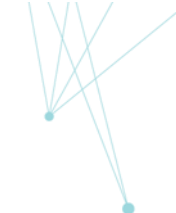
#### **Confidencialidade**

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas atribuições.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

### **Cláusula Sétima**

#### **Suspensão e/ou Resolução**

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente Acordo, de qualquer natureza, e/ou de incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do Contrato.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do Contrato.
3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo.



### **Cláusula Oitava**

#### **Vigência**

O presente Acordo de processamento de dados inicia os seus efeitos com a celebração do **contrato que tem por objeto** a aquisição, pelo Contraente Público, de licenciamento em regime perpétuo e ainda em regime de locação o licenciamento software de edição de formulários e tratamento de imagem, multimédia e edição documentos em formato PDF, em conformidade com o n.º 1 do artigo 20º do caderno de encargos.



## ANEXO III

### Requisitos de processamento de dados

Os seguintes requisitos são exigíveis independentemente de os dados serem pessoais, estando sujeitos às obrigações mencionadas nas alíneas h) e i) do nº 1 e no nº 2 da Cláusula 4ª do Acordo de Processamento de Dados (Anexo II).

#### 1.1. Segurança

##### 1.1.1. Requisitos de segurança geral:

O **Cocontratante** obriga-se ao seguinte:

- a) Proceder ao detalhe de “Logs” e eventos dos serviços adquiridos pelo **Contraente Público**;
- b) Proceder à encriptação dos dados, em repouso e em trânsito, entre os Centros de Dados;
- c) Adotar mecanismos de segurança pró-ativos, com recomendações de melhorias de segurança específicas, por serviço.
- d) Prestar os serviços a partir de duas zonas de disponibilidade distintas de um centro de dados situado na União Europeia em zonas que ofereçam proteção elevada quanto ao risco sísmico;
- e) Controlar as identidades e acessos mediante um sistema apropriado, com evidências a disponibilizar ao **Contraente Público** quando solicitado.

##### 1.1.2. Requisitos de Cibersegurança:

1.1.2.1 O **Cocontratante** obriga-se a cumprir o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança do Centro Nacional para a Cibersegurança de Portugal.

1.1.2.2. A ocorrência de incidentes de Cibersegurança determina o cumprimento pelo **Cocontratante** das seguintes obrigações específicas:

- a) Notificar o **Contraente Público** no prazo de 1 hora a contar da deteção;
- b) Assim que possível, notificar o **Contraente Público** dos procedimentos destinados a mitigar e eliminar as consequências do incidente;
- c) Notificar, assim que possível, o **Contraente Público** da cessação do incidente, acompanhado do relatório com a informação relevante, designadamente, quanto aos danos provocados na informação deste.



## 1.2. Informação

O **Cocontratante** obriga-se a disponibilizar ao **Contraente Público** o seguinte:

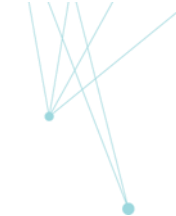
- a) Informação sobre cumprimento de standards relevantes do serviço;
- b) Relatórios de auditoria efetuados por entidades reconhecidamente independentes;
- c) Informação online do estado dos diferentes serviços (disponibilidade e desempenho) e histórico de incidentes, com periodicidade mensal;
- d) Comunicação proactiva as falhas do serviço, no prazo de 1 dia, a contar da deteção.

## 1.3. Restituição de dados

1.3.1 Aquando da cessação do contrato, qualquer que seja o motivo, ou a simples pedido do **Contraente Público**, o **Cocontratante** restituir-lhe-á, imediatamente, uma cópia de todos os dados tratados no mesmo formato usado aquando da transmissão ou, não sendo possível, num formato estruturado e de uso comum.

1.3.2 A restituição será objeto de um auto assinado pelas partes.

1.3.3 Após a restituição, o **Cocontratante** destruirá as cópias dos dados existentes nos seus sistemas, no prazo de 90 dias, apresentando prova ao **Contraente Público** no prazo de 15 dias a contar daquele evento.



## ANEXO IV

### Nível de Serviço

1. Exige-se que a plataforma possua um índice mínimo de disponibilidade de 99,9%;
2. Caso não se atinja mensalmente o índice mencionado no número anterior, ao valor a pagar, em cada prestação, serão deduzidos os montantes seguintes, independentemente da aplicação de penalidades:

**Fórmula de cálculo:**

Disponibilidade Mensal % =  $(N.º \text{ Máximo de Minutos Disponibilidade} - \text{Indisponibilidade}) / (N.º \text{ Máximo de Minutos Disponibilidade} \times 100)$

<i>SLA atingido mensalmente</i>	<i>Desconto aplicado</i>
<=99,9%	5%
< 99,5%	10%
< 95,0%	15%
< 90,0%	25%

3. Com exceção do último mês de vigência do contrato, a dedução poderá ser substituída por crédito a imputar no mês seguinte.